

Masp.1.256.102-3, Marlucio Ferreira de Amorim, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 02/09/2022, restando-lhe um saldo de 05 meses.  
Masp.1.257.077-6, Edwilson De Souza Oliveira, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 01/04/2022, restando-lhe um saldo de 05 meses.  
Masp.1.257.125-3, Clemente de Souza Neto, 02 (dois) meses referentes ao 1º qq, em complementação, a contar de 01/07/2022.  
Masp.1.257.611-2, Juliana Lavarine Calazans Silva Borges, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 01/07/2022, restando-lhe um saldo de 04 meses.  
Masp.1.317.924-7, Erik Hudson Pereira, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 17/01/2022, restando-lhe um saldo de 01 mês.  
Masp.1.318.576-4, Stenio Sullivan De Oliveira Henriques, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 01/07/2022, restando-lhe um saldo de 01 mês.  
Masp.1.320.851-7, Fatima Luciana De Souza Moreira, 01(um) mês e 15(quinze) dias referentes ao 1º qq, a contar de 03/03/2022, restando-lhe um saldo de 01 mês e 15 dias.  
Masp.1.340.564-2, Lucelia Salles Barbosa, 01 (um) mês referente ao 1º qq, a contar de 19/12/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.351.768-5, Thamirys Andrea Almeida De Oliveira, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 10/02/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.352.297-4, Nathalia Miranda Silva, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 04/02/2022, restando-lhe um saldo de 01 mês.  
Masp.1.352.826-0, Thaina Cardoso Melo, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 02/09/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.353.494-6, Tiberio Caio Martins Tolentino, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 01/03/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.355.332-6, Denise Leila Da Silva Valadares, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 04/11/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.361.729-5, Rafael Jose Nogueira Almeida, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 01/07/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.365.140-1, Ellen Thaiara Brum Braga Carvalho, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 01/09/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.376.033-5, Adriana Ferreira Rabelo Thebit, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 31/01/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.411.858-2, Evelin Andrade de Lima, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 01/07/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.412.602-3, Priscila Da Silva Cunha, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 05/12/2022, restando-lhe um saldo de 02 meses.  
Masp.1.460.483-9, Bruna Nunes de Faria Gomes, 01(um) mês referente ao 1º qq, a contar de 04/07/2022, restando-lhe um saldo de 01 mês.

Férias-prêmio - Retificação  
Retifica o ato de concessão de Férias-Prêmio referente ao(s) servidor(es):  
Masp.298.876-4, Andre de Faria Maroni.  
Motivo: Correção da data de admissão.  
Publicado em 05/12/1998  
Onde se lê: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 09/12/1991....  
Leia-se: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 10/02/1992....  
Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni.  
Motivo: Correção da data de admissão.  
Publicado em 05/12/1998  
Onde se lê: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 08/12/1996....  
Leia-se: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 09/02/1997....  
Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni.  
Motivo: Correção da data de admissão.  
Publicado em 03/09/2003  
Onde se lê: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 09/12/2001....  
Leia-se: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 08/02/2002....  
Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni.  
Motivo: Correção da data de admissão.  
Publicado em 10/10/2009  
Onde se lê: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 4º qq, adquiridos em 08/12/2006....  
Leia-se: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 4º qq, adquiridos em 07/02/2007....  
Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni.  
Motivo: Correção da data de admissão.  
Publicado em 14/07/2012  
Onde se lê: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 5º qq, adquiridos em 07/12/2011....  
Leia-se: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 5º qq, adquiridos em 06/02/2012....  
Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni.  
Motivo: Correção da data de admissão.  
Publicado em 18/05/2017  
Onde se lê: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 6º qq, adquiridos em 05/12/2016....  
Leia-se: ... Masp.298.876-4, Andre De Faria Maroni, mais 03 (três) meses referentes ao 6º qq, adquiridos em 04/02/2017....

Masp.343.142-6, Ailton Pereira.  
Motivo: Não cômputo da Acadepol  
Publicado em 01/09/2020  
Onde se lê: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 19/08/1996....  
Leia-se: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 21/05/1996....  
Masp.343.142-6, Ailton Pereira.  
Motivo: Não cômputo da Acadepol  
Publicado em 10/06/2003  
Onde se lê: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 18/08/2001....  
Leia-se: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 20/05/2001....  
Masp.343.142-6, Ailton Pereira.  
Motivo: Não cômputo da Acadepol  
Publicado em 14/07/2016  
Onde se lê: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 17/08/2006....  
Leia-se: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 19/05/2006....  
Masp.343.142-6, Ailton Pereira.  
Motivo: Não cômputo da Acadepol  
Publicado em 14/07/2016  
Onde se lê: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 4º qq, adquiridos em 16/08/2011....  
Leia-se: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 4º qq, adquiridos em 18/05/2011....  
Masp.343.142-6, Ailton Pereira.  
Motivo: Não cômputo da Acadepol  
Publicado em 27/02/2018  
Onde se lê: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 5º qq, adquiridos em 14/08/2016....  
Leia-se: ... Masp.343.142-6, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 5º qq, adquiridos em 16/05/2016....

Masp.345.982-3, Adelia De Freitas.  
Motivo: Não cômputo da ACADEPOL.  
Publicado em 05/10/2000  
Onde se lê: ... Masp.345.982-3, Adelia De Freitas, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 11/03/1997....  
Leia-se: ... Masp.345.982-3, Adelia De Freitas, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 11/12/1996....  
Masp.345.982-3, Adelia De Freitas.  
Motivo: Não cômputo da ACADEPOL.  
Publicado em 23/05/2003  
Onde se lê: ... Masp.345.982-3, Adelia De Freitas, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 14/03/2002....  
Leia-se: ... Masp.345.982-3, Adelia De Freitas, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 12/12/2001....  
Masp.345.982-3, Adelia De Freitas.  
Motivo: Não cômputo da ACADEPOL.  
Publicado em 10/05/2017  
Onde se lê: ... Masp.345.982-3, Adelia De Freitas, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 13/03/2007....  
Leia-se: ... Masp.345.982-3, Adelia De Freitas, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 13/12/2006....

Masp.345.982-3, Adelia De Freitas.  
Motivo: Não cômputo da ACADEPOL.  
Publicado em 10/05/2017  
Onde se lê: ... Masp.345.982-3, Adelia De Freitas, mais 03 (três) meses referentes ao 5º qq, adquiridos em 14/12/2016....  
Leia-se: ... Masp.345.982-3, Adelia De Freitas, mais 03 (três) meses referentes ao 5º qq, adquiridos em 11/12/2016....

Masp.345.987-2, Doraci Cristina Ferreira.  
Motivo: Publicação incorreta.  
Publicado em 07/10/2014  
Onde se lê: ... Masp.345.987-2, Doraci Cristina Ferreira, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 11/03/2006....  
Leia-se: ... Masp.345.987-2, Doraci Cristina Ferreira, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 28/12/2006....  
Masp.345.987-2, Doraci Cristina Ferreira.  
Motivo: Publicação incorreta.  
Publicado em 07/10/2014  
Onde se lê: ... Masp.345.987-2, Doraci Cristina Ferreira, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 4º qq, adquiridos em 10/03/2011....  
Leia-se: ... Masp.345.987-2, Doraci Cristina Ferreira, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 4º qq, adquiridos em 14/10/2012....  
Masp.345.987-2, Doraci Cristina Ferreira.  
Motivo: Publicação incorreta.  
Publicado em 22/01/2019  
Onde se lê: ... Masp.345.987-2, Doraci Cristina Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 5º qq, adquiridos em 08/03/2016....  
Leia-se: ... Masp.345.987-2, Doraci Cristina Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 5º qq, adquiridos em 13/10/2017....

Masp.1.052.975-8, Luciano Antônio dos Santos Filho.  
Motivo: Publicação incorreta.  
Publicado em 12/02/2021  
Onde se lê: ... Masp.1.052.975-8, Luciano Antônio dos Santos Filho, Ailton Pereira, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 21/03/2017....  
Leia-se: ... Masp.1.052.975-8, Luciano Antônio dos Santos Filho, Ailton Pereira, 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 17/02/2018....

Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira.  
Motivo: Publicação Incorreta.  
Publicado em 19/01/2021  
Onde se lê: ... Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 01/10/2005....  
Leia-se: ... Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 08/09/2005....  
Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira.  
Motivo: Publicação Incorreta.  
Publicado em 19/01/2021  
Onde se lê: ... Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 30/09/2010....  
Leia-se: ... Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 07/09/2010....  
Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira.  
Motivo: Publicação Incorreta.  
Publicado em 19/01/2021  
Onde se lê: ... Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 29/09/2015....  
Leia-se: ... Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 06/09/2015....  
Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira.  
Motivo: Publicação Incorreta.  
Publicado em 19/01/2021  
Onde se lê: ... Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 4º qq, adquiridos em 27/09/2020....  
Leia-se: ... Masp.1.060.876-8, Renato Barbosa Ferreira, mais 03 (três) meses referentes ao 4º qq, adquiridos em 04/09/2020....

Masp.1.134.679-8, Celso Goncalves de Lima.  
Motivo: Publicação Incorreta.  
Publicado em 12/03/2013  
Onde se lê: ... Masp.1.134.679-8, Celso Goncalves de Lima, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 16/10/2009....  
Leia-se: ... Masp.1.134.679-8, Celso Goncalves de Lima, mais 03 (três) meses referentes ao 1º qq, adquiridos em 24/07/2009....  
Masp.1.134.679-8, Celso Goncalves de Lima.  
Motivo: Publicação Incorreta.  
Publicado em 12/03/2013  
Onde se lê: ... Masp.1.134.679-8, Celso Goncalves de Lima, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 09/10/2012....  
Leia-se: ... Masp.1.134.679-8, Celso Goncalves de Lima, mais 03 (três) meses referentes ao 2º qq, adquiridos em 15/10/2012....  
Masp.1.134.679-8, Celso Goncalves de Lima.  
Motivo: Publicação Incorreta.  
Publicado em 14/12/2017  
Onde se lê: ... Masp.1.134.679-8, Celso Goncalves de Lima, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 08/10/2017....  
Leia-se: ... Masp.1.134.679-8, Celso Goncalves de Lima, mais 03 (três) meses referentes ao 3º qq, adquiridos em 14/10/2017....

Férias-prêmio - Cancelamento  
Cancela o ato de afastamento de Férias-Prêmio referente ao(s) servidor(es):  
Masp.297.148-9, Wanderson Damiao Mota.  
Motivo: Conforme requisitado no SEI: 1510.01.0295037/2021-13.  
Ficam canceladas as férias-prêmio publicadas no MG de 11/12/2021 a partir de 08/02/2022.

Masp.457.810-0, Tatiane Alves Garcia.  
Motivo: Conforme requisitado no SEI: 1510.01.0218752/2021-10.  
Ficam canceladas as férias-prêmio publicadas no MG de 26/11/2021 a partir de 10/05/2022.

Masp.903.459-6, Tania GERALDA Da Rocha  
Motivo: Conforme requisitado no SEI: 1510.01.0191994/2020-23.  
Ficam canceladas as férias-prêmio publicadas no MG de 28/08/2021 a partir de 08/03/2022.

Masp. 904.166-6, David Garcia Chaves  
Motivo: Conforme requisitado no SEI: 1510.01.0304571/2021-33.  
Ficam canceladas as férias-prêmio publicadas no MG de 30/12/2021 a partir de 01/02/2022.

Masp.1.090.807-7, Rodrigo Gomes de Freitas  
Motivo: Conforme requisitado no SEI: 1510.01.0298135/2021-78.  
Ficam canceladas as férias-prêmio publicadas no MG de 18/12/2021 a partir de 02/09/2022.

Masp.1.356.068-5, Lucas Ferreira Silva.  
Motivo: Conforme requisitado no SEI: 1510.01.0015555/2022-06.  
Ficam canceladas as férias-prêmio publicadas no MG de 20/11/2021 a partir de 04/04/2022.

Férias-prêmio - Indeferimento  
Motivo: Por despacho do membro do Conselho Superior da PCMG.  
Masp.457.949-6, Siomara Lucia Rodrigues da Silva, 01 (um) mês a contar de 15/08/2022.  
Masp.458.008-0, Carla GERALDA Cota Araujo, 01(um) mês a contar de 01/12/2022.  
Masp.668.154-8, Laura Freitas Leite, 01(um) mês a contar de 09/12/2022.  
Masp.1.189.078-7, Ernesto Pio da Silva Junior, 01(um) mês a contar de 01/09/2022.  
Masp.1.237.587-9, Fabiana Barreto Nascimento, 02 (dois) meses a contar de 01/10/2022.  
Masp.1.257.125-3, Clemente de Souza Neto, 02 (dois) meses a contar de 01/02/2022.  
Masp.1.412.500-9, Bruno Henrique Pereira, 01 (um) mês a contar de 01/05/2022.

Lucas Oliveira Coutinho Ferreira de Souza  
Delegado de Polícia  
Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

## Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretária: Ana Maria Soares Valentini

### Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Diretor-Geral: Thales Almeida Pereira Fernandes

Ato 49 - A Diretora-Geral em exercício do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07-02-2020, TORNA SEM EFEITO ATO Nº 429/2017 AVERBAÇÃO, publicada em 17-09-2017, no que se refere ao servidor JAEDER LOPES VIEIRA, masp 099217-5, o tempo 3.129 dias ou 08(oito) anos, 06(seis) meses e 29(vinte e nove) dias conforme certidão do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, para fins de aposentadoria, a partir de 10-08-2017. Por ter sido publicado indevidamente.  
Ato 50 - A Diretora-Geral em exercício do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, do Decreto nº 47.859, de 07-02-2020, CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, aos servidores abaixo relacionados, a partir da vigência, que poderão ser usufruídos, a critério da Administração, a partir de 01/01/2022, nos termos da Lei Complementar Federal nº 173/2020 e considerando o teor dos Pareceres Jurídicos de nos 16.247, de 22 de julho de 2020, e 16.244, de 14 de julho de 2020, aprovados pelo Advogado-Geral do Estado:

| MASP      | SERVIDOR                 | QUINQUÊNIO | VIGENCIA   |
|-----------|--------------------------|------------|------------|
| 1154770-0 | LEONEL GOMES DE OLIVEIRA | 3º         | 30-09-2021 |

Ato 52 - A Diretora-Geral, em exercício, do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, do Decreto nº 47.859, de 07-02-2020, AVERBA aos registros funcionais do servidor ALEXANDRE AUGUSTO SOARES, Masp 1125859-7, o tempo de 455 dias ou 01 (um) ano e 03 (três) meses, conforme Certidão do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, para fins de aposentadoria a partir de 01-02-2022.

CRISTIANE ALMEIDA SANTOS  
Diretora-Geral - em exercício

**01 1587067 - 1**

## Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Secretário: Leônidas José de Oliveira

### Expediente

A DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução SECULT Nº21, 15 de junho de 2020:  
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO nos termos da resolução SEPLAG nº 56, de 14/8/2009 nº 22 de 25/04/2003 as servidoras: Masp 350239-0, ILMA REGINA DIAS VERRI,por 01 mês, referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 03/01/2022; Masp. 1400989-8, JULIANA DE CASSIA DE SOUZA RODRIGUES, por 01 mês, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 04/02/2022, por 01 mês, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 07/03/2022.

Atos da Diretora de Recursos Humanos  
SIMONE LINS JANSEN

**01 1587235 - 1**

### Fundação TV MINAS - Cultural e Educativa

O Presidente da Empresa Mineira de Comunicação Ltda, no exercício da função e das atribuições, próprias e delegadas, de Presidente do(a) Fundação TV Minas - Cultural e Educativa exonera, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, IZABELA DRUMOND, do cargo de provimento em comissão DAI-24 TV1100034.

O Presidente da Empresa Mineira de Comunicação Ltda, no exercício da função e das atribuições, próprias e delegadas, de Presidente do(a) Fundação TV Minas - Cultural e Educativa exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, VÍTOR CESAR AMORIM OLIVEIRA, do cargo de provimento em comissão DAI-8 TV1100111.

O Presidente da Empresa Mineira de Comunicação Ltda, no exercício da função e das atribuições, próprias e delegadas, de Presidente do(a) Fundação TV Minas - Cultural e Educativa, no uso de suas atribuições, dispensa BERNADETTE MENDANHA LADEIRA, MASP 1368445-1, da função gratificada FGI-2 TV1100243.

**01 1587340 - 1**

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
Competência delegada pela Portaria Conjunta EMC e FTVM Nº05 de 02 de setembro de 2020

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003 aos servidores: TATIANE LEIA COURA, MASP 1399738-2, admissão 01, por 1 mês, referente ao 1º quinquenio, a partir de 03/02/2022; THAUANE CRISTIANE FERREIRA, MASP 1395851-7, admissão 01, por 43 dias, referente ao 1º quinquênio, a partir de 05/02/2022; DANIEL FLORESTA DIAS, MASP 1370056-2, admissão 01, por 3 meses, referente ao 1º quinquênio, a partir de 21/02/2022; RIVADAVIA ALVES BARBOSA, MASP 1367869-3, admissão 01, por 1 mês, referente ao 1º quinquênio, a partir de 25/02/2022.

Belo Horizonte, 1 de fevereiro de 2022  
Eduardo Cesar Silva Gomes  
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças

**01 1587040 - 1**

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretário: Fernando Passalio de Avelar

### Expediente

RESOLUÇÃO SEDE Nº 03, DE 31 DE JANEIRO DE 2022  
Aprova os valores das tarifas de gás natural para os fornecimentos realizados pela Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.  
O Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, § 1º, art. 93, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993, e na Lei 23.304, de 30 de maio de 2019;  
Considerando o Contrato de Concessão do direito de exploração, no Estado de Minas Gerais, dos serviços de distribuição de gás canalizado a todo e qualquer consumidor dos segmentos industrial, automotivo, comercial, institucional e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade, inclusive termoeletricidade, siderurgia, petroquímica, fertilizantes e outros, datado de 27 de julho de 1995;  
Considerando a evolução dos preços do gás natural adquirido pela Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG;

RESOLVE:  
Art. 1º - Ficamaprovadas as tarifas e margens expressas nas Tabelas contidas nosAnexos 1 e 2 desta Resolução para as classes de consumo Industrial (IND-01), Cogeração e Climatização (COG-01/COG-01), Veicular (GNV), Gás Natural Comprimido e Liquefeito

## Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretária: Ana Maria Soares Valentini

### Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Diretor-Geral: Thales Almeida Pereira Fernandes

Ato 49 - A Diretora-Geral em exercício do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, inciso III, do Decreto nº 47.859, de 07-02-2020, TORNA SEM EFEITO ATO Nº 429/2017 AVERBAÇÃO, publicada em 17-09-2017, no que se refere ao servidor JAEDER LOPES VIEIRA, masp 099217-5, o tempo 3.129 dias ou 08(oito) anos, 06(seis) meses e 29(vinte e nove) dias conforme certidão do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, para fins de aposentadoria, a partir de 10-08-2017. Por ter sido publicado indevidamente.

Ato 50 - A Diretora-Geral em exercício do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, do Decreto nº 47.859, de 07-02-2020, CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, aos servidores abaixo relacionados, a partir da vigência, que poderão ser usufruídos, a critério da Administração, a partir de 01/01/2022, nos termos da Lei Complementar Federal nº 173/2020 e considerando o teor dos Pareceres Jurídicos de nos 16.247, de 22 de julho de 2020, e 16.244, de 14 de julho de 2020, aprovados pelo Advogado-Geral do Estado:

| MASP      | SERVIDOR                 | QUINQUÊNIO | VIGENCIA   |
|-----------|--------------------------|------------|------------|
| 1154770-0 | LEONEL GOMES DE OLIVEIRA | 3º         | 30-09-2021 |

Ato 52 - A Diretora-Geral, em exercício, do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 12, do Decreto nº 47.859, de 07-02-2020, AVERBA aos registros funcionais do servidor ALEXANDRE AUGUSTO SOARES, Masp 1125859-7, o tempo de 455 dias ou 01 (um) ano e 03 (três) meses, conforme Certidão do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, para fins de aposentadoria a partir de 01-02-2022.

CRISTIANE ALMEIDA SANTOS  
Diretora-Geral - em exercício

**01 1587067 - 1**

(GNC-01/GNL-01), Geração Térmica (GT-01), Residencial Individual (RIND-01), Residencial Coletivo (RCOL-01) e Comercial e Industrial de Menor Consumo (CI-01), comercializados pela Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG.

§ 1º As tarifas referem-se ao gás fornecido nas condições estabelecidas na Resolução SEDE nº 21, de 13 de novembro de 2019, art. 9º, § 1º.  
§ 2º - As tarifas e margens expressas nas Tabelas contida nos Anexos 1 e 2 desta Resolução são para pagamento à vista, e estão sujeitas à incidência de tributos, quando aplicáveis, na forma da legislação específica, além de encargos financeiros contratuais, observados, quanto a estes últimos, os parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 1º da Resolução SEDE nº 36, de 22 de dezembro de 2008.

Art. 3º - A partir da data de vigência desta Resolução, as tarifas e margens expressas nas Tabelas contidas nos Anexos 1 e 2 desta Resolução servirão de referência para o cálculo das tarifas e margens que vigorarão subsequentemente em decorrência de variações, para mais ou para menos, do custo do gás adquirido pela GASMIG e, quando for o



| Residencial Individual Parcela Fixa     |            | RS/m³      |
|---|------------|------------|
| Faixas de consumo em m³                 |            |            |
| 0                                       | 1          | 23,0227    |
| 1                                       | 7          | 16,2917    |
| 7                                       | 16         | 24,7477    |
| 16                                      | 41         | 29,4405    |
| 41                                      | 200        | 42,6911    |
| 200                                     | 99.999.999 | 83,6793    |
| Residencial Individual Parcela Variável |            | RS/m³      |
| Faixas de consumo em m³                 |            |            |
| 0                                       | 1          | 0,0000     |
| 1                                       | 7          | 7,3166     |
| 7                                       | 16         | 6,1088     |
| 16                                      | 41         | 5,8154     |
| 41                                      | 200        | 5,4924     |
| 200                                     | 99.999.999 | 5,2874     |
| Residencial Coletivo Parcela Fixa       |            | R\$        |
| Faixas de consumo em m³                 |            |            |
| 0                                       | 150        | 149,8943   |
| 151                                     | 700        | 269,2126   |
| 701                                     | 2.000      | 442,0767   |
| 2.001                                   | 9.999.999  | 1.911,8473 |
| Residencial Coletivo Parcela Variável   |            | RS/m³      |
| Faixas de consumo em m³                 |            |            |
| 0                                       | 150        | 6,3125     |
| 151                                     | 700        | 5,5171     |
| 701                                     | 2.000      | 5,2701     |
| 2.001                                   | 9.999.999  | 4,5353     |

| ANEXO 2  |             |
|--|-------------|
| Margens e cascatas, referentes a 30 dias.              |             |
| Devem ser proporcionalizadas para períodos diferentes. |             |
| Margens para 30 dias (*)                               |             |
| Margens  |             |
| RS/m³  |             |
| IND-01   |             |
| Demanda  | 0,3777      |
| Sobredemanda   | 2,2168      |
| Faixas de consumo em m³                                |             |
| 1  | 12.500      |
| 12.501   | 50.000      |
| 50.001   | 250.000     |
| 250.001  | 750.000     |
| 750.001  | 1.500.000   |
| 1.500.001  | 3.000.000   |
| 3.000.001  | 4.500.000   |
| 4.500.001  | 7.000.000   |
| 7.000.001  | 999.999.999 |
| Margens para 30 dias (*)                               |             |
| Margens  |             |
| RS/m³  |             |
| Cogeração Parcela Fixa                                 |             |
| Faixas de consumo em m³                                |             |
| 1  | 5.000       |
| 5.001  | 10.000      |
| 10.001   | 150.000     |
| 150.001  | 300.000     |
| 300.001  | 1.000.000   |
| 1.000.001  | 999.999.999 |
| Cogeração Parcela Variável                             |             |
| RS/m³  |             |
| Faixas de consumo em m³                                |             |
| 1  | 5.000       |
| 5.001  | 10.000      |
| 10.001   | 150.000     |
| 150.001  | 300.000     |
| 300.001  | 1.000.000   |
| 1.000.001  | 999.999.999 |
| Veicular (GNV) (RS/m³)                                 |             |
| GNC/GNL-01 (RS/m³)                                     | 0,6257      |
| Geração Térmica (GT-01)                                | 0,1310      |

| Comercial e Industrial de Menor Consumo Parcela Fixa     |             | RS/m³      |
|--|-------------|------------|
| Faixas de consumo em m³                                  |             |            |
| 0  | 50          | 92,1076    |
| 51   | 150         | 94,7257    |
| 151  | 300         | 133,9969   |
| 301  | 600         | 291,0818   |
| 601  | 1.000       | 322,4987   |
| 1.001  | 2.000       | 1.003,2003 |
| 2.001  | 5.000       | 1.308,1764 |
| 5.001  | 15.000      | 2.143,3447 |
| 15.001   | 25.000      | 3.145,5467 |
| 25.001   | 999.999.999 | 4.815,8833 |
| Comercial e Industrial de Menor Consumo Parcela Variável |             | RS/m³      |
| Faixas de consumo em m³                                  |             |            |
| 0  | 50          | 3,9795     |
| 51   | 150         | 3,9272     |
| 151  | 300         | 3,6653     |
| 301  | 600         | 3,1416     |
| 601  | 1.000       | 3,0893     |
| 1.001  | 2.000       | 2,4087     |
| 2.001  | 5.000       | 1,2028     |
| 5.001  | 15.000      | 1,0356     |
| 15.001   | 25.000      | 0,9688     |
| 25.001   | 999.999.999 | 0,9020     |

## Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - ARMBH

Diretora-Geral: Mila Batista Leite Corrêa da Costa

### PORTARIA AGÊNCIA RMBH Nº 54/2022.

Regulamenta os procedimentos administrativos de Licenciamento Urbanístico Metropolitano e dá outras providências.

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.930, de 29 de abril de 2020,

CONSIDERANDO a criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por meio da Lei Federal nº 14, de 08 de junho de 1973;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. 13 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que prevê que caberá aos Estados disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas em lei estadual ou federal;

CONSIDERANDO o que dispõe o parágrafo único do art. 13 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que prevê no caso de loteamento ou desmembramento localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberão à autoridade metropolitana;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XV do art. 3º do Decreto Estadual 47.930, de 29 de abril de 2020, que prevê a competência da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte para a emissão de anuência prévia à aprovação pelos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, de projetos de loteamento e desmembramento do solo para fins urbanos;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 48.254, de 18 de agosto de 2021, que regulamenta o Licenciamento Urbanístico Metropolitano, pelas Agências de Desenvolvimento Metropolitano do Estado, para aprovação de projetos de parcelamento do solo para fins urbanos localizados em município integrante de região metropolitana;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, quanto ao uso do meio eletrônico para prática de atos e tramitação de processos administrativos pela administração pública, direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 47.228, de 04 de agosto de 2017, que dispõe sobre o uso e a gestão do Sistema Eletrônico de Informações – SEI – no âmbito do Poder Executivo.

| Residencial Individual Parcela Fixa     |            | RS/m³      |
|---|------------|------------|
| Faixas de consumo em m³                 |            |            |
| 0                                       | 1          | 23,0227    |
| 1                                       | 7          | 16,2917    |
| 7                                       | 16         | 24,7477    |
| 16                                      | 41         | 29,4405    |
| 41                                      | 200        | 42,6911    |
| 200                                     | 99.999.999 | 83,6793    |
| Residencial Individual Parcela Variável |            | RS/m³      |
| Faixas de consumo em m³                 |            |            |
| 0                                       | 1          | 0,0000     |
| 1                                       | 7          | 5,1584     |
| 7                                       | 16         | 3,9506     |
| 16                                      | 41         | 3,6572     |
| 41                                      | 200        | 3,3342     |
| 200                                     | 99.999.999 | 3,1292     |
| Residencial Coletivo Parcela Fixa       |            | R\$        |
| Faixas de consumo em m³                 |            |            |
| 0                                       | 150        | 149,8943   |
| 151                                     | 700        | 269,2126   |
| 701                                     | 2.000      | 442,0767   |
| 2.001                                   | 9.999.999  | 1.911,8473 |
| Residencial Coletivo Parcela Variável   |            | RS/m³      |
| Faixas de consumo em m³                 |            |            |
| 0                                       | 150        | 4,1543     |
| 151                                     | 700        | 3,3589     |
| 701                                     | 2.000      | 3,1119     |
| 2.001                                   | 9.999.999  | 2,3771     |

01 1587178 - 1

ATO DO CHEFE DE GABINETE  
PROCESSO SEI Nº 1500.01.0010715/2022-89

O Chefe de Gabinete Cláudio de Paiva Ferreira, usando da competência que lhe é delegada pelo inciso X do art. 2º da Resolução SEDE nº 29, de 27 de maio de 2021, PRORROGA AFASTAMENTO VOLUNTÁRIO INCENTIVADO – AVI, nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 72, de 30 de julho de 2003, e do Decreto nº 43.649, de 12 de novembro de 2003, ao servidor: Maurílio César de Faria - Masp 1.036.408-1, a partir de 01/02/2022, por um período de 06 (seis) meses.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico  
Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2022.  
Cláudio de Paiva Ferreira  
Chefe de Gabinete

01 1587402 - 1

## Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

Presidente: Paulo Sérgio Lacerda Beirão

PORTARIA PRE Nº 002/2022

Designa pesquisadores para comporem a Câmara de Avaliação de Projetos Exclusiva - Seminário e Avaliação de Projetos da Chamada 09/2018 -FAPEMIG/FAPES/FUNDAÇÃO RENOVA“Pesquisa, desenvolvimento e inovação para recuperação das áreas impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão – Mariana – MG”

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 10do Decreto Estadual nº 47.931, de 29 de abril de 2020,

Considerando o constante dos autos do processo nº 2070.01.0000891/2018-12;

RESOLVE: Art. 1º - Designar os pesquisadores abaixo para comporem a Câmara de Avaliação de Projetos Exclusiva - Seminário e Avaliação de Projetos da Chamada 09/2018 - FAPEMIG/FAPES/FUNDAÇÃO RENOVA, “Pesquisa, desenvolvimento e inovação para recuperação das áreas impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão – Mariana - MG”.

I. Ana Paula Kirchheim  
II. Antônio Domingos Padula  
III. Carlos Eduardo de Rezende  
IV. Carlos Frederico Bernardo Loureiro  
V. Fernando Campanhã Bechara  
VI. Mônica Regina Gorcez  
VII. Simone Luci Pereira

Art. 2º - Esta Portaria entraem vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2022.  
Paulo Sérgio Lacerda Beirão  
Presidenteda FAPEMIG

01 1587114 - 1

## Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado - IPEM

ATO Nº 002/2022-CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art.112, do ADCT, da CE/1989, ao (s) servidor (es):MASP:1053718-I, PATRÍCIA FREITAS DE OLIVEIRA ENOQUE, ref. ao 4ºqq, com vigência em 31.01.2022.

01 1587092 - 1

RESOLVE:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – Fica instituído o Sistema Eletrônico de Informações – SEI-MG – como sistema oficial para instauração, instrução e tramitação de todos os processos eletrônicos de Licenciamento Urbanístico Metropolitano referenciados no Decreto Estadual nº 48.254/2021, relativos ao parcelamento do solo para fins urbanos nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

§ 1º – A instauração, instrução ou tramitação administrativa dos processos por meio diverso poderá ser admitida em casos excepcionais, quando, por motivo técnico, for comprovada a impossibilidade de utilização da ferramenta.

§ 2º – Nos casos a que se refere o § 1º deste artigo, as partes interessadas deverão comunicar à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – a impossibilidade de utilização da ferramenta e encaminhar as devidas comprovações.

§ 3º – As documentações a serem encaminhadas pelo SEI-MG, referente a cada tipo de processo atinente ao Licenciamento Urbanístico Metropolitano, seguirão o disposto no Decreto Estadual nº 48.254, de 2021.

Art. 2º – Para instauração de processos no SEI-MG, o solicitante deverá realizar o petiçãoamento eletrônico no sistema.

§ 1º – O petiçãoamento eletrônico de processo no SEI-MG deverá ser efetuado pelo representante do empreendimento, que realizará um cadastro de usuário externo no sistema.

§ 2º – Para abertura do processo eletrônico, o solicitante deverá selecionar a modalidade devida e anexar a documentação indicada pela plataforma.

§ 3º – Será de responsabilidade do representante cadastrado a juntada dos documentos necessários no SEI-MG para instauração ou instrução do processo e não serão recebidos documentos encaminhados por outro canal.

§ 4º – As comunicações no âmbito do processo serão realizadas preferencialmente pelo sistema SEI-MG, mediante utilização de petiçãoamentos intercorrentes por parte dos usuários externos e via notificação eletrônica, com documentos tramitados ou por e-mails elaborados dentro do sistema por parte da equipe da Agência RMBH.

§ 5º – O solicitante terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para fornecer as informações requisitadas pela equipe técnica da Agência RMBH, sob pena de arquivamento do processo, mas poderá requerer dilação de prazo de resposta à Agência RMBH, por no máximo 120 (cento e vinte) dias, por meio de formalização de justificativa.

§ 6º – Cessados os prazos a que se refere o § 5º deste artigo, o processo será arquivado, devendo o solicitante, em caso de ainda haver interesse no processo, realizar novo petiçãoamento, por meio da apresentação da documentação exigida, nos termos do Decreto Estadual nº 48.254, de 2021, e do comprovante de novo pagamento da taxa de expediente.

Art. 3º – Os processos em trâmite na Agência RMBH, em que foram utilizados outros meios de tramitação, terão continuidade por meio do SEI a partir da primeira reentrada após a publicação desta portaria.

§ 1º – A documentação referente à primeira reentrada definida no caput deste artigo deverá ser encaminhada para endereço eletrônico disponibilizado no site da Agência RMBH.

§ 2º – Os processos tramitados em meio físico serão encerrados por meio de Nota Técnica elaborada pela equipe técnica da Agência RMBH, que procederá à abertura de Processo SEI com a documentação fornecida pelo solicitante.

§ 3º – Para os processos tramitados em meio digital diverso, o técnico da Agência RMBH deverá proceder a abertura do Processo SEI no qual deverá ser juntada toda documentação referente às entradas anteriores.

Art. 4º – O Processo de Licenciamento Urbanístico Metropolitano se divide em duas fases, sendo a primeira a de Diretrizes Urbanísticas e a segunda de Anuência Metropolitana, com exceção dos processos na modalidade desmembramento e de anuência corretiva, que têm apenas a fase de Anuência Metropolitana.

### CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES URBANÍSTICAS

Art. 5º – Antes da elaboração do projeto de loteamento, o solicitante deverá requerer à prefeitura do município em que se encontra o imóvel e à Agência RMBH a definição, respectivamente, das diretrizes municipais e metropolitanas para o loteamento urbano pretendido.

Art. 6º – As Diretrizes Urbanísticas compreenderão:

I – Diretrizes Metropolitanas, emitidas pela autoridade metropolitana, a Agência RMBH; ou

II – Diretrizes Integradas, emitidas conjuntamente entre a Prefeitura e a Agência RMBH, dispensando a elaboração individual das Diretrizes Municipal e Metropolitana.

§ 1º – A Prefeitura Municipal poderá optar entre a elaboração das diretrizes urbanísticas em conjunto com a Agência RMBH, denominadas Diretrizes integradas, ou por elaborar as diretrizes municipais, sendo que, neste último caso, cabe ao solicitante, após a emissão da Diretriz Municipal, requerer à Agência RMBH a elaboração das diretrizes metropolitanas.

§ 2º – Para a elaboração das Diretrizes Integradas, a Prefeitura Municipal deverá celebrar um Termo de Cooperação com a Agência RMBH, que poderá ser desfeito a qualquer momento por qualquer uma das partes.

Art. 7º – Nos casos de empreendimentos que estejam localizados integral ou parcialmente em áreas limítrofes dos municípios integrantes da região metropolitana, a Agência RMBH deverá consultar o município confrontante na fase de emissão das diretrizes urbanísticas para compatibilizar a execução do projeto de parcelamento do solo com o planejamento urbano de todos os entes afetados.

§ 1º – A Agência RMBH consultará o município limítrofe por meio de ofício enviado no âmbito do processo SEI referente à emissão da Diretriz relacionada.

§ 2º – A contagem do prazo de manifestação da Agência RMBH ficará suspensa até a manifestação do município consultado.

§ 3º – Caso seja apontada alguma interferência do empreendimento pretendido no município limítrofe, será realizada reunião entre a Agência RMBH e as prefeituras envolvidas, com lavratura de ata que será anexada à Diretriz Urbanística.

Art. 8º – Os casos de projetos de parcelamento do solo para fins urbanos de áreas localizadas em mais de um município deverão ser objeto de emissão de diretrizes urbanísticas integradas.

§ 1º – Após o recebimento do processo pela Agência RMBH, as prefeituras municipais envolvidas serão notificadas por meio de ofício no processo SEI.

§ 2º – As prefeituras envolvidas e a Agência RMBH definirão em conjunto as Diretrizes para o empreendimento e deverão elaborar o documento que será assinado pelos responsáveis dos municípios envolvidos e pela Agência RMBH.

§ 3º – O prazo de emissão da Diretriz pela Agência RMBH será suspenso enquanto não houver manifestação dos municípios.

§ 4º – A contagem do prazo de que trata o § 3º deste artigo será retomada após o retorno de todas as prefeituras municipais envolvidas.

Art. 9º – As Diretrizes terão seus prazos de validade determinados no próprio documento, respeitando o disposto no Decreto Estadual 48.254, de 2021.

§ 1º – Antes de encerrado o prazo de validade da Diretriz, e quando não houver alteração na legislação que orientou os parâmetros urbanísticos aplicados na sua elaboração, o solicitante poderá requerer sua revalidação, por igual período, à Agência RMBH.

§ 2º – A revalidação da Diretriz ocorrerá sem a necessidade de novo pagamento de taxa de emissão de diretrizes e será realizada no mesmo processo SEI em que foi elaborado o documento original.

§ 3º – A revalidação a que se refere o § 2º deste artigo será realizada a partir da emissão de novo documento de Diretriz Urbanística contendo nova data de validade e mantendo as orientações originais.

Art. 10 – A alteração das diretrizes urbanísticas metropolitanas emitidas, para inclusão ou exclusão de áreas no projeto de parcelamento de solo para fins urbanos em exame, poderá ser requerida pelo empreendedor, conforme estabelecido no art. 30 do Decreto Estadual 48.254, de 2021, e será realizada no mesmo processo SEI em que foi elaborado o documento original.

Parágrafo único – Caso necessário, poderão ser solicitados documentos para complementação do processo, desde que devidamente justificados.

### CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES METROPOLITANAS

Art. 11 – Após o recebimento do processo peticionado, contendo a documentação adicionada pelo solicitante no SEI-MG, a equipe técnica da Agência RMBH analisará os documentos recebidos.

§ 1º – Caso seja identificada alguma inadequação na documentação e haja necessidade de esclarecimento junto ao solicitante ou de complementação dos documentos apresentados, a Agência RMBH formalizará solicitação por meio do SEI-MG, com a emissão de ofício de pendência, indicando as informações necessárias para o restabelecimento do trâmite.

§ 2º – Após a emissão do ofício de pendência, a contagem do prazo de análise do processo pela Agência RMBH será encerrada e reiniciada após retorno do solicitante.

§ 3º – Caso a documentação esteja completa e coerente com a solicitação, as diretrizes inerentes ao terreno objeto de estudo serão elaboradas e disponibilizadas pela equipe da Agência RMBH no sistema eletrônico.

§ 4º – As Diretrizes Metropolitanas serão emitidas no prazo de até 60 (sessenta) dias, assinadas eletronicamente, disponibilizadas via SEI pela Agência RMBH para o solicitante e terão seus extratos publicados no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais – DOMG-e.

§ 5º – Deverão constar no extrato a que se refere o §4º deste artigo o nome do solicitante, a localização do empreendimento e o número de processo SEI, conforme modelo apresentado no Anexo I desta portaria

§ 6º – Considera-se como data de emissão das Diretrizes Metropolitanas a data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES INTEGRADAS

Art. 12 – As Diretrizes Urbanísticas Integradas entre Prefeitura Municipal e Agência RMBH substituirão a elaboração individual das Diretrizes Municipal e Metropolitana.

Art. 13 – Para elaboração das Diretrizes Integradas, a Prefeitura Municipal deverá manifestar seu interesse mediante ofício endereçado à Diretoria-Geral da Agência RMBH.

Art. 14 – A emissão das Diretrizes Integradas está vinculada à assinatura do Termo de Cooperação entre a Agência RMBH e a Prefeitura Municipal, com data de vigência indeterminada, podendo ser anulado a qualquer momento por qualquer uma das partes, mediante motivação expressa.

Art. 15 – Para elaboração das Diretrizes Integradas, o solicitante deverá endereçar à Agência RMBH pedido de abertura de processo, contendo a documentação indicada no SEI e os documentos complementares que se mostrarem necessários.

§ 1º – A equipe técnica da Agência RMBH realizará a análise da documentação protocolizada no sistema eletrônico, e, se aprovada, dará início à análise integrada junto às equipes técnicas municipais.

§ 2º – As Diretrizes Integradas poderão ser elaboradas simultaneamente pela Prefeitura Municipal e pela Agência RMBH por meio de plataforma online de compartilhamento de documentos.

§ 3º – As informações metropolitanas e municipais serão abordadas, respectivamente, pela equipe técnica da Agência RMBH e da Prefeitura Municipal responsável.

§ 4º – Para exame e emissão das Diretrizes Integradas deverão ser juntados, no mínimo, os documentos e projetos elencados no art. 34 do Decreto 48.254, de 2021.

§ 5º – O prazo para emissão das Diretrizes Integradas será estabelecido no Termo de Cooperação assinado entre a Agência RMBH e a Prefeitura Municipal.

§ 6º – A contagem do prazo será concluída após a notificação do solicitante sobre a emissão das Diretrizes Integradas via SEI.

§ 7º – O prazo de validade das Diretrizes Integradas será estabelecido no Termo de Cooperação assinado, respeitado o prazo máximo de 04 (quatro) anos, contado a partir da notificação da emissão das Diretrizes Integradas via SEI ao solicitante.

§ 8º – As Diretrizes Integradas serão assinadas pela Prefeitura Municipal e pela Agência RMBH e disponibilizadas em arquivo digital no processo do SEI.

### CAPÍTULO V DA ANUÊNCIA METROPOLITANA

Art. 16 – Concluído o processo de emissão de Diretrizes Metropolitanas ou Diretrizes Integradas, o solicitante poderá iniciar o processo para obtenção de Anuência Metropolitana.

§ 1º – A abertura do processo de Anuência Prévia Metropolitana para Desmembramento independe da emissão de Diretrizes Metropolitanas ou Diretrizes Integradas.

§ 2º – A abertura do processo de Anuência Corretiva não depende da emissão de Diretrizes Metropolitanas ou Diretrizes Integradas, sendo exigida a celebração de um acordo extrajudicial, como o Compromisso de Anuência Corretiva – CAC – ou o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

Art. 17 – Os documentos que compõem os projetos urbanísticos, deverão ser apresentados em conformidade com os modelos disponibilizados nos Anexos II e III desta portaria e no site da Agência RMBH.

§ 1º – Poderão ser apresentados documentos elaborados conforme padrões estabelecidos pela Prefeitura, desde que contemplem todas as informações estabelecidas nos modelos disponibilizados pela Agência RMBH.

§ 2º – A documentação recebida pela equipe técnica da Agência RMBH no SEI será analisada no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º – Caso seja identificada alguma inadequação na documentação e haja necessidade de esclarecimentos junto ao solicitante ou de complementação dos documentos apresentados, a Agência RMBH formalizará a comunicação via SEI, com a emissão de ofício de pendência, indicando as informações necessárias para o restabelecimento do trâmite.

§ 4º – Sanadas as pendências apontadas no ofício, o solicitante deverá incluir, por meio de petiçãoamento intercorrente no SEI, a documentação necessária, acompanhada de justificativa para os itens apontados no ofício de pendência.

§ 5º – Enquanto houver pendência a ser sanada, o processo seguirá os trâmites previstos nos parágrafos anteriores deste artigo.

§ 6º – Finalizadas as análises e sanadas as pendências identificadas, a Agência RMBH emitirá Certidão de Anuência, Selo de Anuência, Nota Técnica e prancha do Projeto urbanístico anuído, disponibilizando todos os documentos no processo do SEI-MG e notificando o solicitante.

§ 7º – As plantas validadas nos processos de Anuência Metropolitana receberão QR codes gerados pelo SEI-MG para verificação de autenticidade por qualquer órgão/entidade de controle ou solicitante.

§ 8º – As certidões de Anuência Metropolitana serão publicadas no Diário Oficial do Estado, de modo a atender a todas as normas existentes referentes à proteção de dados pessoais.

§ 9º – O solicitante deverá enviar à Agência RMBH, por meio do sistema eletrônico, uma cópia do Decreto Municipal de Aprovação do loteamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320220201233211016.